

# Restaurantes poderão abrir com muitas regras e limitações

A AHRESP discutiu com o Governo da República condições para retoma da actividade e fez um guia de boas práticas que prevê zonas de isolamento e formas de actuar em casos suspeitos, notícia o Expresso.

A medição da temperatura corporal, dos trabalhadores e dos clientes, é uma das novas “regras de controlo de entrada” que os restaurantes preparam para o momento de reabertura, em que terão de funcionar abaixo da capacidade e cumprir normas de distanciamento social entre as pessoas.

O sector de restaurantes e cafés estão a ser fortemente afectados com a pandemia do coronavírus, e as condições em que poderão voltar a abrir ao público foram objecto de discussão entre a Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP) e o Governo, numa reunião em que participou António Costa, Primeiro-ministro, Pedro Siza Vieira, Ministro da Economia, Rita Marques, Secretária de Estado de Turismo, e António Sales, Secretário de Estado da Saúde.

No momento de reabertura uma das áreas críticas é a da limpeza e desinfeção, ficando os restaurantes sujeitos a uma série de requisitos que se estenderão à preparação e confecção



de alimentos, serviço de mesa, self-service de comida e ‘buffets’, além de condições em que deverão decorrer as entregas de comida em ‘take away’, indica ainda o semanário lisboeta.

Apoiar os restaurantes na compra de medidores de temperatura corporal que serão necessários para clientes e trabalhadores nestas novas circunstâncias, a par de equipamentos de protecção individual e fardamento do pessoal, foi um ponto vincado pela AHRESP na reunião com o Governo. Segundo a

associação, foi ainda enfatizado que as condições para os restaurantes poderem reabrir também envolvem “apoios às empresas, particularmente no que diz respeito à manutenção dos postos de trabalho”, além da definição de regras específicas nas áreas da saúde, higiene e segurança para clientes, trabalhadores e instalações”.

A AHRESP preparou para os associados um ‘Guia de Boas Práticas’ detalhando as formas em que deverão funcionar no momento de reabertura,

designadamente ao nível de organização dos espaços, capacidade máxima, formação específica para trabalhadores e empresários. Este guia inclui recomendações específicas aos restaurantes sobre “procedimentos em caso suspeito”, devendo para tal haver uma “zona de isolamento e um plano de contingência”.

O Guia de Boas Práticas elaborado pela AHRESP para a retoma gradual dos restaurantes ainda com a pandemia activa vai ser validado pela ASAE, a Direcção-Geral de Saúde, a Secretaria de Estado do Turismo e a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT). De acordo com a associação, servirá de suporte ao “selo distintivo” que será criado para os restaurantes no objectivo de “transmitir confiança aos consumidores” e garantir que “as regras de funcionamento estão em conformidade com as disposições legais”.

Os apoios pedidos pela AHRESP ao Governo “são essenciais às empresas, que terão fortes constrangimentos na retoma gradual da sua actividade”, conforme frisa a associação, lembrando que no período de retoma os restaurantes irão ter menos facturação, pelo que destes apoios dependem “a continuidade da actividade das empresas e manutenção dos postos de trabalho”.

## Colocação extraordinária de trabalhadores nas instituições de solidariedade social

O Governo dos Açores, através da Vice-Presidência, criou uma nova medida extraordinária, denominada Colocação Extraordinária de Trabalhadores (CET), com vista a reforçar a capacidade de resposta das instituições públicas e de solidariedade social com actividade nas áreas da saúde e do apoio social na Região, anunciou ontem o governo.

Esta medida visa a substituição temporária de trabalhadores impossibilitados de exercer a sua função por se encontrarem em isolamento profilático, incapacidade para o trabalho e assistência a filhos menores, na sequência da pandemia de COVID-19.

### Financia açorianos desempregados

A CET, criada no âmbito de um conjunto alargado de medidas já aprovadas e implementadas pelo Governo dos Açores para apoio imediato à economia, manutenção do emprego e de rendimento, financia a possibilidade de colocação de açorianos que estejam desempregados a substituir trabalhadores impossibilitados de exercer as suas funções nas áreas da saúde e apoio social, cabendo apenas às instituições ou entidades que se candidatam o subsídio de refeição e o seguro.

A Colocação Extraordinária de Trabalhadores destina-se a desempregados beneficiários ou não de subsídio de desemprego, beneficiários do Rendimento Social de inserção, jovens que constem da Bolsa PIIIE – Programa de Incentivo à Inserção do Estagiário ou que estejam integrados na Garantia Açores Jovem.

Assim, de acordo com a Resolução do Conselho do Governo n.º 116/2020, ontem publicada em Jornal Oficial, os desempregados subsidiados que venham a integrar o mercado de trabalho ao abrigo da CET irão beneficiar de uma remuneração complementar, portanto, acumulável com as prestações pecuniárias de que beneficiam actualmente, no valor de 50% do Salário Mínimo Regional.

Relativamente aos jovens que constem da Bolsa PIIIE – Programa de Incentivo à Inserção do Estagiário, aos que estejam integrados na Garantia Açores Jovem ou a todos os Açorianos desempregados, não subsidiados, inscritos nas Agências de Emprego, a remuneração mensal a atribuir é de 833 euros.

As entidades públicas ou privadas, sem fins lucrativos, devem apresentar, a partir de 1 de maio e até 15 de junho, os seus projectos no endereço eletrónico <https://estagiario.azores.gov.pt/>.

## Teresa Luciano vai ser ouvida sobre a polémica do uso de máscaras no HDES



Foi aprovado, por unanimidade, o pedido de audição do PSD/Açores para ouvir em comissão parlamentar a Secretária Regional da Saúde sobre “a descoordenação entre o Governo e a Autoridade de Saúde Regional acerca da distribuição de máscaras como prevenção do contágio da Covid-19, bem como esclarecer a situação clínico-

epidemiológica que se vive no Hospital do Divino Espírito Santo”, anunciou o PSD.

Segundo a deputada social democrata Mónica Seidi, “é preciso esclarecer a desautorização a que o Governo Regional sujeitou a Autoridade de Saúde Regional, anunciando a distribuição de máscaras, uma vez que aquela entidade divulgou não haver evidência científica dos benefícios do uso de máscara pela população”, lembrou.

“O PSD/Açores defende que haja esse uso das máscaras, e não pode admitir a forma displicente como o Diretor Regional da Saúde, enquanto Autoridade de Saúde Regional, até apontou a falta de cultura dos açorianos para a utilização daquele instrumento protetor, não contribuindo para a tranquilização da população”, refere.

A deputada sublinha ainda “que é urgente perceber detalhadamente a situação clínico-epidemiológica que se vive no Hospital do Divino Espírito Santo, desde logo a estratégia utilizada no que concerne aos rastreio de utentes e profissionais de saúde realizados naquele hospital”, adianta Mónica Seidi.

A audição de Teresa Luciano na Comissão de Assuntos Sociais está agendada para a próxima Quarta-feira (dia 29).